

-----**ATA NÚMERO 7/2014**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM TREZE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E
CATORZE.**-----

-----Aos treze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e catorze, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, com a presença da Senhora Vice-Presidente, Dra. Maria Filipa Trindade Jardim Fernandes, e dos Senhores Vereadores: Dr. Bruno Miguel Camacho Pereira, Dr. Paulo Alexandre de Atougua Aveiro, José Manuel de Sousa Rodrigues, Dr. Gil da Silva Canha, Dra. Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Enf. José Edgar Marques da Silva, Dr. Artur Alberto Fernandes Andrade, Eng. João José Nascimento Rodrigues e Idalina Perestrelo Luis. A secretariar esteve presente o Dr. Rui Emanuel Sousa Abreu, diretor do Departamento Administrativo.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciando este período o Senhor Presidente informou que já foram encetadas comunicações com a Direção Regional de Estradas e Florestas, com vista à resolução do problema de acesso ao Caminho do Lombinho (Cota 500), que tinha sido retirado.-----

-----Continuando e a propósito da notícia vinda a público, através do Diário de Notícias, sobre o Plano Diretor Municipal, informou: “Temos um PDM desatualizado (1997). Deveria vigorar durante dez anos e já atingiu os dezasseis. Não podemos cometer erros e esta é uma oportunidade de debater a cidade, sem pressões eleitorais. Houve um atraso dos anteriores executivos, na sua revisão, mas não podemos fazer um PDM a qualquer custo. O Plano de Diretor Municipal é muito mais que índices de construção. Primeiro deve haver uma participação social e depois uma participação técnica. O PDM não é de nenhum partido mas da cidade, e teremos de pensar nele numa forma global antes da discussão pública. Falta testar o PDM, cinco pareceres e a definição do domínio público marítimo. Por isso não poderá ir agora a discussão pública. A nossa opção é fazer primeiro uma discussão aberta ao PDM e só depois passarmos à discussão pública formal”.-----

----- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, disse discordar de vários pontos que foram apontados pelo Senhor Presidente. Referiu ter havido preocupação na escolha da empresa contratada para a elaboração do PDM, com técnicos conceituados e da maior qualidade que existe em Portugal. O Plano foi desenvolvido,

envolvendo um número alargado de pessoas e entidades, havendo um tempo de participação pública – audiência dos interessados, num período muito mais longo que o estipulado por lei, que se prolongou por mais de dois anos. O início da revisão do PDM teve por base o relatório de diagnóstico do PDM, conforma estipula a lei, não sendo um Plano elaborado dentro de gabinetes. O PDM de mil novecentos e noventa e sete previa planos de urbanização e de pormenor, tendo sido vários efetuados, criando dinâmica no planeamento e ordenamento da cidade, como por exemplo o Plano de Pormenor AR1/CE na Rua 5 de Outubro, onde os privados pretendiam investir, e presentemente encontra-se executado - concluído. A nova proposta do plano pode ser um incentivo para a economia da cidade. “A cidade não pode parar, caso contrário a Câmara serviria de travão ao investimento e desenvolvimento da mesma, em vez de incentivá-los, obviamente dentro de regras urbanísticas claras. Por isso não concordamos com o adiamento. A proposta do Plano contempla a Carta de Riscos, a Reabilitação Urbana, seja das Zonas Altas, como do Núcleo Histórico e Zonas Consolidadas. Deste modo, quando podemos avançar para uma discussão mais ampla, ou seja para uma discussão pública, com a participação de todos, da sociedade, já com dados concretos, não entendo como se faz uma “paragem/recuo”, para voltar a fazer um trabalho que já está feito. Na discussão pública, todos podem e devem participar, todas as questões podem ser levantadas, podem ser incorporadas no PDM, caso se considere que são uma mais-

valia. Considero também que é defraudar as expectativas dos munícipes com este adiamento, e um desconhecimento total da tramitação da revisão do Plano Diretor”, acrescentou.-----

----- - O Senhor Presidente, intervindo de novo, esclareceu que não estava pondo em causa o consórcio que ganhou o concurso. Disse haver uma questão da visão estratégico-política, bem como a questão técnica e operacional. O que falou corresponde à primeira, não achando ser uma perda de tempo discutir a cidade. Existem atrasos nos pareceres, mas o maior atraso foi o processo de início de Revisão do Plano. A discussão pública é já sobre uma proposta concluída. A Câmara está a defender um debate, antes dessa discussão pública. Até ao dia quinze de fevereiro haverá condições do consórcio apresentar uma proposta de adenda ao contrato.-----

-----Nesta sequência, o Senhor Vereador do PSD, João Rodrigues, disse ter sido através dos instrumentos de planeamento, planos de urbanização e de pormenor, que a cidade teve investimento, trabalho esse que foi muito bem elaborado. E enquanto um plano está em tramitação não está concluído, até porque podemos estar na discussão pública, e com base nas participações das pessoas haver necessidade de se efetuar nova discussão pública, face ao tipo de incorporações que foram feitas no plano com base nas participações dos munícipes.-----

----- - Por sua vez, a Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, alertou para a falta, na proposta, da Carta de Riscos.-----

-----O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, referiu que, com

tal afirmação, depreende que a Senhora Vereadora não analisou o documento que estamos a falar, pois está tudo contemplado e identificado na proposta do PDM. Se houver habitações em zona de risco considerado elevado, estas não poderão ser legalizadas, pois os riscos identificados têm uma graduação. Informou também que o perímetro foi diminuído, a fim de se evitar novas construções para cotas superiores. Esta proposta de plano prevê ainda para o concelho 58% de área rural e 42% de área definida como urbana.--

----- - O Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, acrescentou que o Plano Municipal de Emergência exige a Carta de Riscos, que já existe, devendo ser feito agora a sua incorporação.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, referiu que há alguns meses o CDS/PP sugeriu e foi aceite que o PDM não entrasse em discussão pública, porque a Câmara estava em final de mandato e atravessávamos um período de campanha eleitoral. Disse constatar que a discussão sobre a cidade é permanente e segundo lhe parece não há assim tantas divergências, como comprovado pelas intervenções do Senhor Presidente e do Senhor Vereador João Rodrigues. “Existem poucos fundamentos para o adiamento, ainda para mais não sabendo por quanto tempo. Nós não podemos ser responsabilizados pelo atraso na aprovação de projetos de investimento na cidade”, acrescentou.-

----- - Usando da palavra, o Senhor Vereador da CDU, Artur Andrade, e sobre a mesma questão, disse: “É importante que a discussão do novo PDM envolva o maior número de pessoas e

entidades. Em 2010 apresentamos uma proposta de elaboração do plano estratégico da cidade do Funchal. Penso que o trabalho sobre a revisão do PDM tem sido positivo, nomeadamente aprofundando um conjunto de áreas – Zonas Altas e questões de propriedade por exemplo. No que se refere aos atrasos não podemos deixar de responsabilizar o Governo Regional através da Comissão de Acompanhamento e dos Pareceres. A posição da CDU é de que se deve promover um debate sério e alargado do PDM, e a nossa dúvida é que a “suspensão” do processo seja necessária e até benéfica para a cidade. Achamos que isso pode ser compatibilizado com a discussão pública do Plano. Na minha opinião tudo o que já está elaborado, deve ser disponibilizado aos munícipes. Seria bom que todos tivessem conhecimento, agora, destas questões, na defesa dos interesses coletivos da cidade, mas também na defesa dos interesses individuais dos cidadãos. Parece-me ser possível avançar com essa discussão sem suspender a evolução das etapas legais, na continuação de todos os procedimentos formais necessários, para não defraudar também expectativas”.-----

----- - O Senhor Presidente referiu que a Câmara defende a participação social, e que para além dos pareceres em falta é necessário testar o PDM e só depois disso, entrar na discussão pública.-----

----- - Intervindo, o Senhor Vereador Gil Canha começou por referir que o processo iniciou-se mal. Desde logo no concurso para a escolha da empresa, não se percebendo como vem uma empresa

como a Norvia a integrar o consórcio. Noventa e nove por cento (99%) das pessoas que participam na discussão pública, é no seu interesse pessoal. Em sua opinião, os Planos de Pormenor adulteraram completamente o PDM. Disse que a questão não é “tão cor-de-rosa com o Eng. João Rodrigues pintou”.-----

-----Em relação às zonas de risco, por aquilo que conhece, tem muito receio da Carta de Risco. O PDM, não está a atrasar o investimento. Talvez uma ou outra moradia unifamiliar sim. Contudo em investimentos maiores isso não acontece.-----

----- - Intervindo de seguida o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, questionou se foi contactado o Governo Regional sobre o edifício no Largo do Encontro, tendo o Senhor Presidente confirmado que sim.-----

-----Chamou depois à atenção para o estado avançado de degradação da Estrada de acesso ao Curral das Freiras.-----

---O Senhor Presidente informou que está prevista uma reunião entre a Câmara Municipal e a Direção Regional de Estradas e Florestas para ser abordada a matéria.-----

-----Prosseguindo na sua intervenção, este Vereador colocou várias questões:-----

--- - Escadinhas do Feijão – Disse que os moradores reclamam sobre os degraus, muros de proteção, escoamento de águas, limpeza, etc.;-----

--- - Travessa da Rochinha – Levantou a questão sobre a colocação de prumos, perguntando qual é a lógica da Travessa estar

encerrada. Deu o exemplo de um morador que queira transportar compras para a sua moradia, como o fará? Propôs que todos os moradores tenham a chave, para facilitar o seu acesso;-----

--- - Levantamento de edifícios com amianto – Manifestou que gostaria de ter acesso ao documento.-----

-----Por fim entregou uma Proposta de Resolução intitulada “Em defesa dos direitos dos trabalhadores da autarquia” relacionada com a posição do Tribunal de Contas sobre a subida de escalão remuneratório por opção gestonária, efetuada em dois mil e dez pela autarquia. Referiu ainda e propôs que na próxima reunião, dia vinte de fevereiro, fosse colocado um ponto na ordem de trabalhos para avaliação das medidas decorrentes da intempérie do vinte de fevereiro de dois mil e dez, que assolou a madeira.-----

----- - Tomando em seguinte a palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, levantou algumas questões, a saber:-----

--- - Relativamente às pontes pedonais na Ribeira de Santa Luzia, no centro da cidade, que estão a ser colocadas, cuja arquitetura e estética não tem nada a ver com o existente, perguntou se a Câmara tem conhecimento;-----

--- - Pediu a atenção para o conjunto de prédios devolutos, que estão a ser alvo de ocupação por toxicodependentes, mormente da necessidade de encerramento de vãos, como já foi feito em muitos casos;-----

--- - Deu conta da insatisfação dos comerciantes, que estão a

atravessar momentos muito difíceis, devido às obras da ciclovia, na Estrada Monumental;-----

--- - Colocou a possibilidade de colocação de lombas na Rua do Til, Imaculado Coração de Maria, atendendo às grandes velocidades que ali se verifica;-----

---A Senhora Vereadora Idalina Perestrelo, em relação à colocação das lombas, informou que já está previsto para os próximos dias.--

--- - Chamou a atenção para o estado de degradação do Parque Desportivo da Quinta Deão e do mau estado do jardim junto ao Centro Comercial D. João;-----

---Quanto ao Parque Desportivo, o Senhor Presidente informou que a Câmara pretende recuperá-lo e dinamizá-lo.-----

--- - Fez saber a necessidade de um técnico taxidermista no Museu Municipal, atendendo que o funcionário que lá estava, ao que parece, se aposentou.-----

---O Senhor Presidente interveio, e relativamente às obras da ciclovia, informou que são duas empreitadas, a ciclovia e o saneamento, com empresas diferentes, que tem provocado alguns problemas, sendo também uma preocupação para a Câmara.-----

---Por sua vez, o Senhor Vereador Gil Canha, disse que a obra atrasou um pouco e que há três empresas a trabalhar, sendo que as obras de saneamento são de grande envergadura. Informou ainda que a ciclovia está a ficar quase pronta, estando a complicar um pouco neste momento as obras de saneamento.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – PROJETO DE ARTE PÚBLICA URBANA – URB’ ART: - O

Senhor Presidente apresentou a proposta de deliberação do seguinte teor:-----

---“Considerando que: No espaço urbano da cidade do Funchal existem vários locais públicos degradados, esteticamente comprometedores, desenquadrados do conjunto ou da paisagem em que se inserem e que podem, após intervenção, tornar-se visualmente mais atraentes; É intenção desta Câmara Municipal proceder à reabilitação desses espaços públicos, através da implementação do projeto de arte pública contemporânea, denominado “URB*ART”, Projeto de Arte Pública Urbana do Funchal; Este projeto visa enriquecer a cidade do Funchal através de manifestações artísticas, acolhendo, para tanto, diversas propostas de criadores de múltiplos quadrantes e disciplinas artísticas, os quais darão o seu contributo através da expressão das suas ideias e pontos de vista no espaço coletivo; A execução deste projeto possibilitará uma maior aproximação da linguagem das ruas e da cultura às pessoas, que assim passam a beneficiar do trabalho destes artistas urbanos; Para cumprimento deste desiderato, torna-se necessário proceder ao lançamento de um programa de participação de artistas plásticos ou de urbanografia. Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto nas alínea e) e k) do n.º 2, do artigo 23.º e nas

alíneas t) e qq) do nº1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro: - Aprovar a 1ª fase do projeto “URB*ART” e respetivo Programa de Participação, que constituem os anexos I e II da presente proposta de deliberação. A despesa com a execução deste projeto tem a declaração de cabimento orçamental CAB 14001592.”-----

---Tomando a palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, disse que concorda com o princípio, embora tendo algumas dúvidas sobre a sua aplicação na cidade do Funchal:-----

- Considera que, no seu entender, este projeto não visa propriamente uma reabilitação mas sim uma “ocultação da degradação”, aliás, tal como refere um dos anexos a esta proposta;-

- Lembrou que o novo Programa Operacional para o período dois mil e catorze-dois mil e vinte, que irá entrar em vigor entre finais deste ano e princípios de dois mil e quinze, poderia ser aproveitado para uma verdadeira reabilitação urbana;-----

- Questionou como será feita a manutenção dessas pinturas;-----

- Relativamente aos cinquenta e cinco espaços identificados, e no que concerne aos de propriedades privadas, alertou para a possibilidade de poder haver oposição dos legítimos donos e perguntou quem irá, eventualmente, suportar esses custos;-----

- Por último questionou se não haverá o risco de cair no graffiti e, assim, de descaraterizar a cidade, tão pitoresca e com características muito próprias.-----

---O Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referiu que há alguma experiência deste tipo na cidade, nos anos oitenta, mas que pode haver alguns riscos nesta proposta. Por não ter tido tempo de verificar, em virtude de lhe ter chegado no fim da tarde de quarta-feira (ontem), solicitou se o mesmo poderia ser adiado uma semana.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, disse estar de acordo com o princípio. Que este é um projeto enquadrado. Acha, que há preocupações dos colegas, como a manutenção e a qualidade dos trabalhos, que são pertinentes, mas que com acompanhamento da Câmara Municipal do Funchal, julga ser ultrapassável.-----

---O Senhor Vereador Paulo Atouguia, do PSD, disse estar de acordo quando foi falado de quatro espaços. Agora que se fala em cinquenta e cinco, há que colocar algumas reservas.-----

---Tendo em conta as questões levantadas, o Senhor Presidente informou que estavam a propor cinco espaços. Que todo o trabalho será acompanhado pela Câmara, principalmente na exigência da qualidade artística.-----

---Usando da palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse ser defensor que o Funchal seja um palco para os artistas exporem os seus trabalhos. Em relação aos cinco espaços, tem algumas dúvidas do autossilo do Almirante Reis e no início da Rua da Pena, mas que tudo depende da intervenção. Todavia subscreve a proposta do CDS/PP para o assunto passe para a próxima

semana.-----

---Retomando a palavra, o Senhor Vereador do CDS/PP, José Manuel Rodrigues, considera também que o júri não deve ser nomeado pelo Gabinete do Presidente da Câmara, mas pelo executivo camarário.-----

---O Senhor Presidente concordou igualmente com a questão da nomeação do júri.-----

--- - Colocado à votação, foi aprovado, por maioria, com abstenção do PSD, com as alterações da nomeação do júri e aprovação dos locais alvo de intervenção artística, que serão aprovados em reunião de Câmara – artigos décimo terceiro e décimo oitavo.-----

-----**Declaração de Voto do PSD:** “Concordamos com o princípio, mas o agendamento tardio do assunto, que não permitiu a sua análise, pois só ontem à noite nos chegou, leva à nossa abstenção”.-----

2 – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA/ISENÇÃO DE TAXA: - A pedido da Associação de Regantes da Levada do Pico do Cardo (procº 48662/13), a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo por base os fundamentos do parecer jurídico (refª 24/DJ/2014), aprovar a isenção da taxa relativa à abertura de vala na Estrada Comandante Camacho de Freitas.-----

3 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta de Resolução do CDS/PP, intitulada “Piso das ruas históricas do Funchal”:** - Foi colocada à discussão a Proposta de Resolução supramencionada, do seguinte teor:-----

---“As ruas são as artérias por onde corre a Vida, a Cultura e a História de uma cidade. Os seus nomes, as suas gentes, as fachadas e calçadas contam muito da história de uma Cidade. São um património único que urge preservar. As ruas empedradas do centro histórico da cidade do Funchal, as que restam, são marcos que de alguma forma identificam épocas da nossa urbe. Os pavimentos em pedra de calhau tradicional ou em paralelepípedos marcam de forma indelével o centro histórico do Funchal. Durante anos, cometeram-se muitos erros, transformando-se ruas calcetadas da forma tradicional em ruas alcatroadas, o que não contribuiu em nada para manter a identidade da cidade, não valorizando o património nem a forma de nos relacionarmos com ele. Em anos recentes, a vereação da Câmara Municipal do Funchal interveio em diversas ruas, cujo piso tradicional estava em mau estado de conservação, aplicando alcatrão, que não substituiu completamente as pedras de calhau e os paralelepípedos, mas transformou as artérias num estranho mosaico onde o tradicional e o moderno não se conjugam de todo. São exemplos claros, entre outras, a Rua dos Netos, a Rua dos Ferreiros, a Rua do Surdo, a Rua Nova de São Pedro, entre outras, nas quais se vê partes significativas dos pisos cobertas de alcatrão, ou seja, remendadas de forma muito pouco harmoniosa. Uma cidade de qualidade, que se quer apresentar como produto turístico de excelência, que quer manter a sua identidade e que quer ser melhor para quem nela vive e trabalha, tem de estar atenta ao pormenor, pois nos

pormenores faz-se toda a diferença. Nesse sentido, a Câmara Municipal do Funchal delibera: - Fazer um levantamento exaustivo de todas as ruas com pavimento tradicional (pedra de calhau e paralelepípedos), bem como do estado desse mesmo pavimento; - Desenvolver um plano de intervenção para a manutenção dos pavimentos tradicionais em bom estado de conservação; - Retirar os remendos de alcatrão das ruas ainda calcetadas com pavimento tradicional, devolvendo-as à forma inicial”.

---Tomando a palavra, o Senhor Vereador Bruno Pereira, do PSD, disse que obviamente concorda com a proposta, salvaguardando a diversidade de pavimentos de pedra que existe no Funchal. Considerou que existiam razões para salientar que, nunca, como com o PSD nos últimos anos, foram reparados tantos pavimentos no centro do Funchal.

---O Senhor Presidente concordou, afirmando contudo que houve descaraterização de pavimentos, nomeadamente na substituição de paralelepípedos por asfalto. Este trabalho tem de ser feito duma forma faseada, até avaliando se no próximo quadro comunitário de apoio, não haverá verbas para este tipo de investimento.

--- - Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade.

----- - **Proposta de Resolução da CDU, intitulada “Anulação do Plano de Pormenor da Praia Formosa”**: - Foi apresentada, pelo seu proponente, a proposta supra referenciada, do seguinte teor:

---“O Plano de Pormenor da Praia Formosa, aprovado pela

Assembleia Municipal do Funchal na sua sessão realizada em 24/11/2004 e ratificado pelo Conselho do Governo através da Resolução n.º 1/2005/M, de 21 de fevereiro, visava permitir a intervenção urbanística na zona da Praia Formosa/Estrada Monumental, tendo como principais objetivos: a) Viabilizar a transferência das instalações de armazenagem de produtos petrolíferos da Praia Formosa para o Caniçal; b) Salvaguardar a valorização da Praia Formosa para uso público; c) Criar um corredor verde urbano ao longo da Estrada Monumental, assegurando o contínuo natural proposto no PDM – Plano Diretor Municipal; d) Efetuar a requalificação urbanística, paisagística e ambiental de uma vasta área da frente de mar, vocacionando-a para atividades turísticas, de lazer e cultura, desportos náuticos e equipamentos coletivos de utilização pública; e) Concretizar o projeto da promenade do Lido – Praia Formosa. Entre os diversos empreendimentos contemplados no Plano de Pormenor da Praia Formosa constava a concretização de uma “praia artificial de areia amarela”, com cerca de um quilómetro de extensão, conforme afirmava o então Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Dr. Miguel Albuquerque, em outubro de 2007 e posteriormente em junho de 2008 (18/06/2008), confirmando que em 2009 a praia artificial seria uma realidade. Através do Aviso n.º 156/2007, publicado no JORAM, II Série, n.º 83, de 11 de maio, a Câmara Municipal do Funchal alterava o Plano de Pormenor da Praia Formosa, apontando como justificação as “mudanças ocorridas nas

condições económicas, sociais e ambientais que estiveram na base das opções definidas no plano”. Com essa alteração “a autarquia pretende aumentar a capacidade construtiva das suas parcelas destinadas a edificação, com vista à obtenção de meios financeiros que assegurem o financiamento das infraestruturas da Praia Formosa, nomeadamente arruamentos, parques de estacionamento, consolidação de águas pluviais, arribas e a própria praia artificial de areia clara”. Os objetivos apontados e que serviram de base à alteração do Plano de Pormenor não vieram a conhecer concretização, sendo evidente a incapacidade para atrair investimentos ou gerar mais-valias capazes de garantir o financiamento dos projetos contemplados ou anunciados. E, no essencial, o Plano de Pormenor da Praia Formosa assumia-se como um instrumento de promoção da atividade imobiliária com estreita ligação à indústria turística. Acresce referir que, sendo um dos pressupostos do Plano de Pormenor da Praia Formosa a deslocalização das instalações industriais da Shell, o que veio a suceder, a mesma empresa não procedeu à realização da necessária descontaminação dos terrenos, conforme era estipulado e constituía uma das obrigações decorrentes do mesmo. Quando estamos praticamente a nos aproximar dos 10 anos desde a primeira aprovação em Assembleia Municipal, a não concretização da grande maioria dos projetos integrados no Plano e a incapacidade económica para, num futuro próximo intentar-se a sua concretização, suscitam a necessidade de um posicionamento

sobre este instrumento de planeamento no sentido da sua anulação, implicando a redefinição das opções de desenvolvimento e investimento nesta área da cidade. Assim, face ao exposto, a Câmara Municipal do Funchal delibera, em primeira instância, proceder à anulação do Plano de Pormenor da Praia Formosa e, no processo de revisão do PDM – Plano Diretor Municipal em curso, consagrar o essencial da área abrangida como destinada essencialmente à concretização de equipamentos destinados ao lazer, fruição, prática desportiva e desenvolvimento humano e cultural e lançando as bases para um projeto abrangente nestas áreas, como seria a construção da denominada “Cidade da Juventude” que constituir-se-ia assim num polo de atração e desenvolvimento cultural, humano e social para a cidade e o concelho”.-----

---O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, interveio dizendo que este é um dos planos que está para ser revogado ou absorvido pelo PDM, em revisão. E uma vez que a Câmara está em processo de revisão é isso que defende.-----

---Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse que esta é a última zona da cidade para expansão e crescimento. Face à dimensão do que lá está, a propriedade privada, aos custos financeiros para a Câmara adquirir os terrenos, tem dificuldade em aceitar esta proposta.-----

---O Senhor Presidente considerou que a proposta deveria ser enquadrada na revisão do PDM e, por conseguinte, aí se discutir

esta questão.-----

--- - Assim, a Proposta ficou como Recomendação à Câmara do Funchal, por sugestão próprio Vereador da CDU.-----

4 - URBANISMO:-----

-----**4.1 - Alinhamentos:** - Em face da exposição de Manuel Guilherme Baptista Nóbrega (procº 42525/13, sub-proc 2013000140), sobre os alinhamentos previstos para a Travessa do Ribeiro Seco de Cima, freguesia de São Gonçalo, a Câmara deliberou, por unanimidade, com base na informação do Departamento de Obras Públicas (refª 20/DOP/14) dispensar o cumprimento dos alinhamentos.-----

-----De seguida o Senhor Presidente apresentou os processos, que se seguem, não constantes da ordem do dia, propondo, ao abrigo do estatuído no artigo décimo primeiro do Regimento das Reuniões, a sua inclusão constatada a urgência de tomada de deliberação sobre o mesmos, o que foi unanimemente aprovado.-----

---O Senhor Vereador Artur Andrade, da CDU, ausentou-se da sala, não participando na discussão e votação destes processos.----

PESSOAL:-----

----- - **Processo de Inquérito:** - Foi deliberado, por unanimidade, arquivar o Processo de Inquérito (nº 07/2013), relativo a “furto de máquinas de jardim”, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

----- - **Processo Disciplinar:** - Em face do processo disciplinar (nº 18/2013), instaurado a Maria Jardim dos Ramos, Fiscal de

Serviços de Higiene e Limpeza, a exercer funções na Divisão de Limpeza Urbana do Departamento de Ambiente, por violação dos deveres de zelo e correção, a Câmara deliberou, por unanimidade, mediante escrutínio secreto, aplicar a pena de vinte (20) dias de suspensão, suspensa por um ano, nos termos e com os fundamentos do relatório final.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às treze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, diretor do Departamento Administrativo, na qualidade de Secretário, a redigi e subscrevo.-----

NOTA: Ata publicitada pelo Edital n° 38/2014, publicada nos locais de estilo